



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)

DOMEM BATISTA DE LIMA JUNIOR

**LEIS, MISSÃO, INCLUSÃO SOCIAL E PROTAGONISMO: ASSOCIAÇÃO DE
PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) EM GUAÍÚBA/CE**

REDENÇÃO /CE

2020

DOMEM BATISTA DE LIMA JUNIOR

LEIS, MISSÃO, INCLUSÃO SOCIAL E PROTAGONISMO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) EM GUAÍÚBA/CE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Bacharelado
interdisciplinar em Humanidades (BHU),
vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos
Gomes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes
(Orientador / IH UNILAB)

Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira
(Examinador / IH UNILAB)

Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva
(Examinadora / IH UNILAB)

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me capacitado todos os dias ao longo dessa trajetória.

Agradeço aos meus familiares que, ao longo desse curso, me motivaram sempre e jamais deixaram de me demonstrar apoiar. Principalmente ao meu pai, Domem Batista de Lima, à minha mãe, Maria Roselia Matos de Lima, e ao meu irmão, João Matos de Lima.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Arilson dos Santos Gomes, pelo esforço demonstrado, pela lealdade, por ter paciência para comigo e pelos conhecimentos repassados para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa.

Agradeço aos professores e professoras dos cursos de Humanidades, História, Sociologia, Pedagogia e Antropologia que foram essenciais ao longo dessa caminhada na vida acadêmica.

Agradeço à UNILAB, pela oportunidade de fazer com que os meus sonhos se tornassem realidade, me formando por essa universidade acolhedora e que preza pela integração.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas que demonstraram todo apoio e acolhida, desde no dia qual ingressei na vida acadêmica. Em especial, a Silmara, Lucas, Anilton, Viviane, Larissa, Anderson e Gabriel.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

Este presente projeto de pesquisa busca compreender as lutas do movimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Guaiuba-CE. Assim sendo, no dia 30 de junho de 2004, foi fundada a APAE Guaiúba, com o objetivo de defender e garantir os direitos das pessoas com deficiência, além de promover seu processo de inclusão social. Diante disso, a APAE Guaiúba disponibiliza profissionais para o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e também com fisioterapeutas. Dessa forma, este projeto de pesquisa também busca apresentar dados que mostram a realidade da vida de uma pessoa com deficiência, além de evidenciar as leis que foram criadas pelo Estado para que ocorra o processo de inclusão dessas pessoas. Além disso, o projeto de pesquisa busca examinar a relação entre estigmatizados e os ditos normais, compreender o processo de inclusão social e o entendimento das políticas públicas específicas. Usando por base autores importantes, como Erving Goffman (1981), Émile Durkheim (2004), José Fiorin (2000), entre outros, problematizou-se sobre as lutas do movimento *apaeano* e como ocorre o processo de protagonismo dos alunos. Portanto, este projeto de pesquisa dá ênfase à APAE Guaiúba-CE, problematizando se esse lugar é um espaço de reconhecimento e de inclusão social junto ao indivíduo com deficiência. Assim, esse estudo demonstrará a importância da APAE Guaiuba, evidenciando o processo de inclusão, analisando a missão da APAE, reconhece o indivíduo com deficiência como protagonista nos âmbitos culturais e esportivos e analisando as leis de cotas (lei de número 13.146/15) como um processo de inclusão.

Palavras-chave: Estigma, preconceito, inclusão social e políticas públicas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA	8
3. OBJETIVO.....	10
3.1 Tema	10
3.1.1. Delimitação do tema	10
3.2 Objetivo geral	10
3.2.1 objetivos específicos	10
4. OBJETO DE ESTUDO	11
4.1 Problemas	11
4.1.1 Problema geral	11
4.1.2 Problemas específicos.....	11
4.2 HIPÓTESES.....	11
4.2.1 Hipótese geral	11
4.2.2. Hipóteses específicas	11
5. REFERENCIAL TEÓRICO	11
5.1. Estigma e preconceito.....	11
5.2 A APAE como um movimento de inclusão social	15
5.3 Políticas Públicas	17
6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
7. METODOLOGIA.....	22
7.1 Lócus da pesquisa e procedimento de autorização	23
7.2 Tipo de pesquisa	24
7.3 Instrumentos de coleta	24
7.4 Procedimentos éticos	25
8. REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO:

Quando se fala em um movimento de inclusão social do porte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), se faz necessário a abordagem de que existe uma missão para ser efetuada ao longo do tempo. Diante disso, também é necessário analisar essa missão e dialogar no que tal proposta se baseia e busca dentro desse movimento. Desse modo, qual a missão das Apaes de modo geral? Tal propósito é importante para o processo de inclusão social? Segundo o próprio site da APAE Brasil¹, sua missão se fundamenta em: “Promover e articular ações de defesa de direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.” Então, nota-se que, em sua própria missão fica nítido que ela se baseia na busca pela inclusão social da pessoa com deficiência, tentando sempre promover uma melhoria na vida desses indivíduos que possuem tal deficiência. Com isso, na perspectiva da APAE Guaiúba- Ceará, também se baseia nessa missão e tal missão a qual é proposta é realizada com bastante zê-lo dentro desse movimento.

Com isso, faz-se necessário um olhar para a APAE Guaiúba, a partir dos protagonismos de seus usuários. A APAE trabalha em vários eixos, como: pedagógico, na educação física, desporto e lazer, arte e cultura, na área da saúde e preservação. Diante disso, hoje em dia a entidade busca ao máximo mostrar o protagonismo da pessoa com deficiência e não como vítima.

Ao se fazer essa análise pode-se evidenciar que APAE Brasil realiza a Olimpíada nacional das APAES, quando ocorre o que seria uma espécie de eliminatórias, sendo que, a APAE Guaiúba concorreu na primeira etapa com outras APAES da região metropolitana e acabou ganhando. Depois participou da Olimpíada Estadual, concorrendo com todas as APAES do estado do Ceará obtendo excelente desempenho.

Portanto, ao analisar esses três fatores: Leis, Missão e Protagonismo, pode-se considerar que esses três fatores são inseparáveis na presente pesquisa, pois eles se ligam de forma que a união desses fatores gera o processo de inclusão social.

Com isso, relacionando o surgimento da APAE de modo geral, segundo consta no site do próprio movimento,² a fundação desse movimento ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954. A fundadora foi uma mulher chamada Beatrice Bemis, mãe de uma

¹ <https://apaebrazil.org.br/pagina/a-apaee>. Acesso em: 12/08/2019

² <https://apaebrazil.org.br/pagina/a-apaee> Acesso em: 07/09/2019

portadora da síndrome de Down, Beatrice, nasceu nos Estados Unidos, observava em seu país que o movimento APAE era algo importante. Com isso, passou a participar de diversas criações dessa associação. Segundo consta, ela ficava surpresa sobre a inexistência desse movimento no Brasil. Essas informações, foram consultadas do site da APAE Brasil.

Diante disso, APAE surge afim de que haja uma sociedade com um maior respeito, oportunidade, inclusão entre todos os componentes estruturarias de uma sociedade. Com isso, ocorrendo os conceitos falados nesse presente parágrafo, pode-se fazer com que haja uma forma mais justa do convívio social de todos. Tais conceitos se fazem necessário dentro do ambiente social, pois são fatos que se fazem necessário para haver uma sociedade com oportunidades para todos.

Segundo informações contidas na página do YouTube³, da própria APAE Brasil, ao longo do tempo, a associação vem crescendo quando se fala nas questões estruturais e filiadas. Com isso, dados estatísticos demostram que no Brasil são mais de 2.200 entidades filiadas. Ao todo o número de deficientes, intelectual e múltipla, atendidos são mais de 300 mil em todo o Brasil por essas instituições. Leva-se em conta que, a APAE Brasil, é pioneira quando se toca no assunto de inclusão no Brasil.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais possuem pessoas as quais efetuam trabalhos em diversas áreas, como na área da saúde, na educação, na assistência social, na questão da asseguaração dos direitos dos deficientes, na capacitação dos integrantes e na área do desporto. A área esportiva vai ser bastante falada ao longo desse presente TCC, pois o protagonismo se fará presente nessa área na APAE de Guaiúba-CE.

Segundo reportagem do jornal OPOVO⁴, no estado do Ceará, existem 32 associações. Mas seria necessário cerca de 96 ou 90 associações para atender a demanda da população do estado do Ceará.

O local de estudo, a APAE, localiza-se no município de Guaiúba, que fica cerca de 49,3Km de distância da capital Fortaleza- CE. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma área territorial de 267,128 km² (2018), contendo uma população estimada de 26.064 habitantes (2019), uma densidade demográfica de 90,19 hab./km² (2010), com um nível de escolarização de 94,2%(2010) entre pessoas de 6 a 14 anos,

³ <https://youtu.be/cJiXFYyutwE> Acesso em: 20/09/2019

⁴ <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/11/11/ceara-precisaria-triplicar-numero-de-apaes-para-atender-a-demanda.html> Acesso em: 02/11/2019

o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,617 (2010) e com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita 6.449,79 R\$ (2016).

No dia 30 de junho de 2004, foi fundada a APAE de Guaiúba, ela nasce a partir da necessidade a qual o município tinha uma demanda altíssima para atender as pessoas com deficiência. Diante disso, as pessoas que tinham essa necessidade de serem atendidas, buscavam sempre ajuda em Fortaleza, em lugares como: Casa da esperança e APAE de Fortaleza.

Segundo informações repassadas pessoalmente pela vice-presidenta da APAE Guaiúba, a senhora Ana Lourdes Araújo de Souza, no dia 30 de junho de 2004, foi realizada a I Assembleia Geral, respaldada pela Federação Nacional das APAES e Federação Estadual. Após, a Federação Estadual conseguiu autorizar uma APAE em Guaiúba, desse modo, houve uma mobilização na cidade, pois algumas crianças não tinham laudos médicos, então foi preciso trazer médicos de Fortaleza principalmente para avaliar essas crianças.

Com os avanços tecnológicos no século XXI, a APAE divulga seus trabalhos nas plataformas digitais, Instagram e Facebook. Além disso, dentro do município de Guaiúba, existe uma rádio a qual chama-se “cultura FM” que também ajuda nas questões de divulgação do trabalho exercido pela instituição em Guaiúba.

Atualmente, conforme dados consultados *in loco*, 21 pessoas trabalham de forma direta dentro da APAE de Guaiúba. São professores formados em Pedagogia e com Especialização em Educação Especial, com cursos complementares em Libras e Autismo. O local funciona de segunda à sexta, pelos períodos da manhã e tarde, em sua capacidade máxima de alunos esgotada, com cerca de 165 pessoas.

Com isso, será debatido neste projeto, como a sociedade percebe os sujeitos deficientes, quais as políticas públicas voltadas para esse público e a relação dos estudantes da APAE de Guaiúba com o esporte, observando assim os protagonismos desses indivíduos.

2. JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o TCC (Trabalho Conclusão de Curso) do curso de Bacharelado em Humanidades, será realizado uma pesquisa de ampla relevância no município de Guaiúba-CE, tendo como foco da pesquisa a APAE. Sabendo das necessidades de uma pesquisa como essa, essa pesquisa irá analisar como funciona a relação entre os indivíduos ditos “normais” e os “anormais” bem como políticas públicas voltadas para os deficientes que frequentam a Associação. Diante de fatos relevantes de preconceitos existentes no convívio social, observa-se que muitas das vezes, os indivíduos do município que participam da APAE são facilmente

vítimas de preconceito pelo fato de conter em seu corpo uma marca, um estigma. Contudo, tal fato ocorre também em forma de discriminação quando os ditos normais sabem que tal indivíduo faz parte da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, pois os ditos normais desrespeitosos se acham no direito de cometer a ação de desrespeito pelo fato do outro ser diferente dele, tais ações de desrespeitos partem de agressões verbais, com o uso de palavras para oprimir o outro.

Desse modo, o presente estudo traz consigo um impacto enorme no ambiente social, pois estudar o cotidiano dos alunos da APAE se faz de suma importância, principalmente quando se analisa a reportagem citada, onde se informa que os números de APAES teriam que ser aumentados no Ceará e porque Guaiúba possui uma APAE socialmente relevante.

O presente projeto de pesquisa traz consigo reflexões no meio social, tais como mostrar para a sociedade a vida do sujeito deficiente de como esse sujeito se percebe no convívio social como se sentem. Ouvir suas trajetórias de vida, uma história que muitas das vezes trazem impactos relevantes de processos de resistências. Reflete-se se o sujeito deficiente não seria “outro”. O estigmatizado, trazendo a concepção do termo que da época da modernidade e da colonização. Em que o “outro” se referia ao oprimido, ou seja, pode-se dizer que existem outras formas de oprimir e ver que esse “outro” se faz presente na realidade. Além, obviamente, das opressões de gênero, de raça e de classe.

Observa-se a necessidade de reconhecer os usuários da APAE de Guaiúba como sujeitos. Já que na maioria das vezes são excluídos quando se refere à questão de serem ouvidos.

E se esse tema não fosse falado dentro do meio acadêmico? Como esses sujeitos seriam escutados ou ouvidos? Será que teriam uma voz ativa? Os seus protagonismos seriam retratados e comentados? Com isso, nessas simples interrogações colocadas, pode-se notar a relevância desse trabalho e como ele é de suma importância para a sociedade, pois o trabalho acadêmico tem esse papel, ouvir e reconhecer aqueles que são esquecidos para contribuir na transformação das realidades.

Diante disso, deve-se evidenciar que, em 29 de agosto de 2012, foi promulgada a lei de número 12.711, onde essa presente lei refere a reserva de vagas nas instituições federais de nível superior para. O artigo terceiro da lei cita exatamente as vagas reservadas aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e por pessoas com deficiência. Nesse sentido, evidencia-se que, as leis de cotas geram uma inclusão social de forma benéfica, pois a educação se faz necessária para qualquer indivíduo⁵. Contanto, pode-se ocorrer o fato de que os alunos

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso: 26/12/2019

da APAE Guaiúba por meio da lei de cotas possam estudar na UNILAB, então, evidenciar esse fato se faz relevante.

Levando em consideração a maior importância desse trabalho e suas motivações, ajudar o outro que é oprimido socialmente é importante, pois defender esses sujeitos é acima de tudo um ato de cidadania e de dever social

Desse modo, considera-se que a APAE de Guaiúba é um lugar de resistência, um ambiente de luta para que haja uma ruptura do preconceito existente na sociedade, algo que se faz necessário uma sociedade mais justa e igualitária. E com a igualdade se constrói um mundo de inclusão e de respeito para com todos.

3. OBJETIVO

3.1 Tema

- APAE como movimento de inclusão social

3.1.1. Delimitação do tema

- APAE de Guaiúba/Ceará: um local de inclusão social e um lugar de reconhecimento pelos direitos das pessoas com deficiências.

3.2 Objetivo geral

- Compreender as lutas do movimento da APAE de Guaiúba e observar o processo de protagonismo a qual os alunos possuem em diversas áreas.

3.2.1 objetivos específicos:

- Analisar a missão da APAE de Guaiúba;
- Avaliar as políticas públicas e os desafios para sua implementação em defesa dos indivíduos deficientes;
- Entender a origem do preconceito e do estigma contra esses sujeitos.

4. OBJETO DE ESTUDO

4.1 Problemas

4.1.1 Problema geral

- Quais as lutas do movimento Apaeano e como ocorre o processo de protagonismo dos alunos?

4.1.2 Problemas específicos

- 4.1.2.1. Quais os impactos que o estigma e o preconceito acarretam nas relações sociais externas da APAE?

- 4.1.2.2. Como o movimento Apaeano podem ajudar no processo de formação dos indivíduos com deficiências?

- 4.1.2.3. Quais as principais políticas públicas conquistadas para a inclusão desses sujeitos?

4.2 HIPÓTESES

4.2.1 Hipótese geral

- As lutas do movimento Apaeano de Guaiúba deve-se basear em uma sociedade mais justa e igualitária, pois essas ações favorecem à inclusão.

4.2.2. Hipóteses específicas

- Acredita-se que a relação entre estigma e preconceito pode ter reações violentas ou reação de tristeza por parte da vítima dentro de um convívio social;

- A APAE Guaiúba conta com profissionais nas áreas de fonoaudiólogo, educação e psicólogos que podem ajudar no processo de formação de vida dos deficientes e de seus familiares;

- Quando se fala em conquistas evidencia-se principalmente na área da educação com cotas e nos cargos de concursos públicos.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1. Estigma e preconceito

A APAE de Guaiúba possui alunos que tem determinadas deficiências, que podem ser observadas pela visão humana e outras que são internas (deficiências psicológicas), ou seja, de modo geral são alunos com deficiências, mentais, auditivas, visual e múltipla. Dessa forma, em seu livro “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” (1981), Erving

Goffman, traz uma análise importante quando se refere ao termo estigma e seu significado, analise essa que será base para o presente estudo. Diante disso, se faz necessário entender que com a existência do estigmatizado existe o outro meio de categorização do indivíduo que seria no caso o dito “normal”, mas Goffman fala que “(...) o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro.” (GOFFMAN,1981, p.117).

Desse modo, se faz necessário entender esse olhar de Erving (1981), pois partindo desse fato, observa-se, que ele fala que o estigmatizado e o normal são perspectivas criadas pela sociedade nas situações que ocorrem no dia a dia das relações sociais. Tais perspectivas entre estigmatizados e “normais” ocorrem com frequência no ambiente social, pois existem sim contatos entre ambos.

O termo estigma vem da Grécia, na qual essa definição era utilizada como uma forma de marcar determinadas pessoas dentro do meio social. Erving Goffman fala em seu texto que tal definição poderia se apresentar através de um “(...) mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1981, p.5). Dessa forma, o status moral é afetado pela ação do estigma, pois seria uma forma de preconceito a qual é imposta ao estigmatizado. Com isso, o estigma pode se manifestar também dentro de uma ideologia, entretanto, partindo desse pressuposto, a sociologia pode ajudar nesta concepção, pois dentro de um pensamento sociológico, a ideologia parte da perspectiva de um sistema a qual é formado por um determinado grupo da sociedade e que tal grupo defende suas ideias do que seria “normal” e o que seria “anormal”, tais ideias dentro de uma ideologia vão sendo sustentado pelos indivíduos a quais estão inseridos no âmbito social.

Com isso, Goffman, formula o seu pensamento do que seria o estigma, desse modo, coloca em ênfase diversas definições, mas a definição que se faz bastante relevante para esse trabalho se refere quando ele diz que:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. (...) (GOFFMAN,1981, p. 5).

Pode-se levar em consideração que os alunos da APAE de Guaiuba possuem em si sinais corporais as quais a sociedade evidencia, o que hierarquiza. Quando se fala em “categorizar” seja ela em qual esfera seja, classes sociais ou posições sociais, é algo que sempre fez mal a sociedade. Guardada as proporções, pode-se levar em consideração ao fato de que, na

época da escravidão no Brasil, antes mesmo da vinda forçada dos povos negros, os negros eram tratados como inferiores. Ou seja, foi elaborado elementos a qual os escravizadores se sentissem superiores e inferiorizassem os outros. Desse modo, já pode ser observado o quanto os meios de categorização afetam quando se fala na sociedade e sempre uma parte da população é oprimida por meio da categorização. Com isso, Goffman (1981) mostra em seu livro que: “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas”, desse modo, observa-se que o autor coloca em ênfase esse fato e tal fato confirmam que a sociedade sempre usou e provavelmente sempre ira utilizar esse termo como forma e meio para justificar as questões envolvendo as formas de superioridade.

Quando ocorre o processo de categorização, dentro do contexto social envolvendo a APAE de Guaiuba, observa-se que existe as questões de conflitos entre os “normais” e os estigmatizados, tais conceitos como já citado, são situações existentes entre ambos no convívio social, levando em consideração de que ambos não são indivíduos, mas sim perspectivas, como dito por Goffman. E a categorização é feita pelos indivíduos que formam a sociedade de Guaiúba, já que eles definem o que seria o “estigmatizado” e o normal, dessa forma, observa-se que ocorre o processo de categorização, dando a ênfase de que o estigmatizado é oprimido pelos ditos “normais”.

Desse modo, em momentos, os indivíduos com deficiência que formam a APAE de Guaiúba, sofrem uma ação, tal concepção é analisada de pôr Émile Durkheim (2004) na obra “As regras do método sociológico”. Quando se fala em fatos sociais, Durkheim analisa o fato social e a existência de um fato coercitivo, ou seja, existe uma força maior que o indivíduo e que é usada na sociedade. Desse modo, Durkheim fala que a sociedade é maior que o indivíduo e tal força citada é exercida no cotidiano. Com isso, quando essa força coercitiva é usada pela sociedade, por ser um meio maior para ocorre a repressão social. Essa repressão pode ser analisada de forma que posteriormente, irá se tornar um meio de oprimir, gerando assim o preconceito.

Portanto, ao se referir ao fato social de Durkheim, analisa-se que, o fato social é a realidade do cotidiano e para ser fato social deve possuir as características coercitiva. Dentro de uma sociedade pela foça coercitiva os indivíduos se sentem coagidos. Durkheim (2004) fala que: “Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos”, desse modo, pode-se observar que, quando se refere a respeito do cotidiano existe tal força coercitiva e que ela é sentida pelos alunos da APAE de Guaiúba na forma de preconceito por possuírem determinados estigmas.

A partir disso, ao que refere-se ao contexto de preconceito, esse ocorre por meios de piadas e insultos. Com isso, o preconceito nasce a partir da falta de respeito, por não aceitação do outro. Ao se analisar o que seria o preconceito em si, José Luiz Fiorin (2000), traz um conceito interessante mesmo sendo baseado para as questões linguísticas, para o autor:

Os preconceitos aparecem quando se considera uma especificidade como toda a realidade ou como um elemento superior a todos os outros. Neste caso, tudo o que é diferente é visto seja como inexistente, seja como inferior feio, errado. A raiz do preconceito está na rejeição da alteridade ou na consideração das diferenças como patologia, erro, vício, etc (FIORIN, 2000, p.23).

Com isso, observa-se, o preconceito se desenvolve na questão envolvendo o meio de se sentir superior, a partir disso, visualiza-se que os alunos que formam a APAE de Guaiúba, sofrem o preconceito justamente porque os ditos normais acreditam que as pessoas que formam essa associação são inferiores. Desse modo, como já dito antes, o meio de categorizar gera até mesmo o preconceito, como pode ser observado, contanto, pode-se acrescentar e reforçar a ideia de que os meios de categorizar geram conflitos na sociedade. Diante disso, o preconceito é notado nas seguintes falas do dia a dia, como “louco”; “vai doido da APAE”; “doente”; “ser inferior”. Todas essas falas pronunciadas por algumas pessoas da população de Guaiúba causam um mal para as pessoas com deficiência, já que essas palavras afetam a moral e o psicológico dos alunos da APAE de Guaiúba, causando, até mesmo vergonha para esses sujeitos. Como Goffman (1981) diz: “um sinal visível de uma falha oculta, iniquidade ou torpeza moral proporcionando ao indivíduo um sinal de aflição ou um motivo vergonha.” (p.12-13)

Portanto, o preconceito, ocasiona vergonha a vítima, com isso causando malefícios na saúde mental e gerando conflitos entre o que a sociedade julga ser “normal” e o “anormal” ou entre normal e estigmatizado. Tais conflitos ocasionam perturbações nas mentes das pessoas com deficiência e cada indivíduo que possui uma determinada deficiência acaba agindo de diferentes maneiras, podendo assim, chega-se até a uma situação de agressões físicas, por isso, o respeito se faz fundamental entre os “normais” e os “anormais”.

Quando se fala o que seria “normal” e “anormal” se faz necessário uma reflexão sobre suas terminologias. Diante disso, segundo estudos as quais estão disponíveis no site da câmara dos deputados⁶, fica notável que o termo “normal” se baseia no passado e que tal termo é antigo e preconceituoso. Vale ressaltar, segundo estudo realizado Romeu Sassaki base dessa publicação, o conceito “normalidade” é ultrapassado quando se fala em relação as pessoas.

⁶ <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/como-falar-sobre-as-pessoas-com-deficiencia> Acesso: 29/12/2019

Diante disso, nota-se que, o preconceito é algo recorrente também no ambiente escolar principalmente na frase a qual foi usada como exemplo, a qual diz: “apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno”. Com isso, tal publicação se faz necessário para o entendimento de várias terminologias e para que haja uma maior reflexão sobre os termos as quais são usados no cotidiano, que muitas das vezes, contem preconceitos arraigados. Assim, os indivíduos que possuem deficiências são capazes de tudo, entretanto, se faz necessário a compreensão que a terminologia “deficiente físico” é incorreto para que seja usado nas relações sociais, pois elas são divididas pelos profissionais em motoras, visuais auditivas e mentais, segundo estudo citado.

5.2 A APAE como um movimento de inclusão social

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro. É pioneira quando o assunto é inclusão social no Brasil. O movimento Apaeano foi o primeiro a iniciar a inclusão da pessoa com deficiência.

Com isso, 30 de junho de 2004, foi fundada a APAE de Guaiúba, pensando justamente nas questões de inclusão social para as pessoas com deficiência na região. Em muitos casos, como afirma autora, Maria Regina Cazzaniga Maciel, em seu artigo chamado “Portadores de deficiência: a questão da inclusão social”, publicado em 2000, ela fala que: “A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade” (2000, p.1). Diante disso, observa-se que, as pessoas com deficiência sempre foram marginalizadas e excluídas do âmbito social, e tal exclusão ainda é recorrente em pleno século XXI.

Diante disso, nota-se que, se não houvesse as leis para defender e incluir, possivelmente não existiria um protagonismo tão explícito, visto que as leis geram a legalidade e quando algo é legal tende-se a se expandir e gerar um conforto maior no âmbito social. Com isso, volta-se a falar também que, a missão da APAE Guaiúba busca o processo de inclusão social, como foi dito, mas além disso, seria difícil imaginar um processo de inclusão social dentro do município de Guaiúba se não tivesse a APAE, pois ela é pioneira dentro do município quando se fala em cuidados para a pessoa com deficiência.

Desse modo, se faz necessário conceituar esse termo, pois é relevante para a compreensão e entendimento do que foi dito e do que será falado adiante. Entretanto, o que é deficiência? Partindo desse pressuposto pode-se falar que deficiência como fala Goffman

(1981) são sinais corporais, mas a antropóloga Debora Diniz escreve um livro com o título “O que é deficiência” publicado em 2017, para ela, deficiência é:

(...)deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com uma lesão, mas que também denuncia estrutura social que oprime a pessoa deficiente.” (DINIZ, 2017.p 3)

Com isso, pode-se analisar que a definição de deficiência é algo complexo. Fazendo uma relação entre Goffman (1981) e Diniz (2017) compreende-se que a definição pode ter como palavra-chave para os dois autores: “sinais corporais” e “lesão”, respectivamente. Desse modo, analisa-se que, Diniz (2017) fala que essa lesão oprime o deficiente no meio social, mas que também ao mesmo tempo que ocorre a opressão, evidencia-se que, há uma denúncia do que se pode relatar como um preconceito contra o deficiente.

Entretanto, se faz necessário a compreensão ao que se refere ao termo “inclusão social”, partindo desse pressuposto, pode-se considerar que, para Maria Odete Emygdio da Silva (2009), em seu artigo “Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas” o termo inclusão social baseia-se:

Aceitação e valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são, assim, valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais e, em simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade” (ODETE,2009, p.144)

Partindo disso, nota-se que, em suas bases e objetivos, a APAE de Guaiúba busca, justamente, alcançar a valorização da diversidade a qual é citada acima, através de praticadas educativas, esportivas e culturais, sendo assim um lugar de protagonismo e não de vitimização, buscando a busca pela igualdade entre os indivíduos. Ao se referir as práticas esportivas, pode-se usar como base o protagonismo de um aluno da APAE de Guaiúba, por esse determinado aluno ter participado das olimpíadas das APAES, mostrando assim, o protagonismo existente dentro da APAE de Guaiúba, não somente no esporte, mas também nas práticas educativas e culturais como citado.

Desse modo, quando se fala em inclusão social, se faz relevante falar a respeito da inclusão no âmbito da educação. Segundo o professor Luiz Henrique Proença da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)⁷, antigamente ocorria o processo de que ele denomina de “ocultação da pessoa com deficiência”, ou seja, o indivíduo ficava em sua casa

⁷ <https://youtu.be/BWHMd8FsfIA> Programa: UNIVESP; acesso em: 30/12/2019

onde tinha uma vida oculta da sociedade. Em sua análise, Luiz Henrique (2015) fala que, a partir do século XVIII, começou o processo de institucionalização, ou seja, instituições especializadas foram criadas para o tratamento de pessoas com deficiências. Ainda em suas análises, ele fala que por de 1960, chega o processo de inclusão. Ao falar de inclusão, ele relata que durante os anos 1990 começou a se instaurar a inclusão de deficientes no ambiente educacional. Diante disso, nota-se que, quando se fala nas questões de inclusão nas práticas educacionais, quando se pensa em uma perspectiva histórica, observa-se que a inclusão no ambiente escolar é algo recente para a pessoa com deficiência.

Diante disso, nota-se o quanto os direitos das pessoas com deficiências são fundamentais. Direitos, como atendimentos especializados, isenções de impostos e taxas, inclusão no mercado de trabalho, gratuidades ou descontos em transportes públicos, na educação (5%do total de vagas em concursos públicos e universidades) e prioridade de atendimento, são formas legais de inclusão. Com isso, assegurar os direitos da pessoa com deficiência e informá-las a respeito de seus direitos é algo realizado pela APAE de Guaiúba.

Sobre a educação e inclusão, Paulo Freire (2011), buscou trabalhar em suas obras uma educação para aqueles que são oprimidos e esquecidos pelas autoridades. Para Paulo Freire (2011), em sua obra “Pedagogia da esperança”, a educação vem somente através de muitas lutas e reivindicações. Então, assegurar esse direito à educação que esses oprimidos têm dentro das universidades e concursos públicos como já citados são fundamentais, pois tais direitos foram alcançados com muitos esforços e lutas desse povo oprimido dentro da sociedade.

Diante disso, observa-se que, a APAE de Guaiúba, é um projeto que visa à inclusão social dos deficientes em diversos setores desde a qualificação do ser humano até chegar nas questões envolvendo a educação como prática de inclusão.

5.3 Políticas Públicas

Desse modo, é relevante também que para asseguuração dos direitos das pessoas com deficiência, existem leis. Pensando nisso, se faz necessário ressaltar uma abordagem sobre tais leis que defendem os direitos das pessoas com deficiência.

Contudo, é necessário a compreensão de que a política pública é um meio de inclusão social. Com isso, o que é política pública? E qual motivo faz para ela tenha uma grande relevância no meio social? Desse modo, o artigo “Estado e políticas (públicas) sociais”, traz aspectos que podem responder essas perguntas. Com isso, no artigo citado, pode-se definir o conceito com:

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação”; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para o setor específico da sociedade. (...) políticas públicas são compreendidas aqui como as de responsabilidades do Estado. (MATTOS, p.31)

Desse modo, pode-se notar que, as políticas públicas vêm por parte do Estado, como dito acima, para um setor específico, podendo usar como base as leis de cotas para deficientes no setor das universidades, concursos, vagas em filas, vagas em ônibus e em vagas de emprego. Portanto, observa-se que, são para um setor específico e observa-se também que tem a finalidade para que se ocorra o processo de inclusão social por meio da política pública.

Promulgada em 05 de outubro de 1988, foi estabelecido no Brasil uma nova Constituição, depois de um período autoritário, a promulgação da constituição é importante quando se pensa e fala em um Estado democrático. Entretanto, a Constituição da República Federal do Brasil, ou seja, a Constituição do Brasil, é de suma importância, pois serve para assegurar as leis do país para uma melhor organização do Estado. Pensando nisso, pode-se notar que a Constituição brasileira é um marco importante para toda a sociedade, diante disso, a autora e professora Flávia Piovesan da faculdade de direito da PUC/SP, elabora um trabalho sobre a constituição brasileira de 1988 com relação aos tratados dos direitos humanos. Neste caso, observa-se a relação que ela faz nessa perspectiva:

No que se refere à posição do Brasil em relação ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos, observa-se que somente a partir do processo de democratização do país, deflagrado em 1985, é que o Estado Brasileiro passou a ratificar relevantes tratados internacionais de direitos humanos. (PIOVESAN, 2008, p.9)

Com isso, quando o Brasil passa a ser um país democrático, fazendo ruptura com o regime autoritário e com a promulgação da constituição, estabelece direitos e deveres para toda a sociedade. Com relação aos direitos, pode-se dar ênfase a esse trabalho, aos direitos as pessoas com deficiência, diante disso, ressalta-se que, a lei de número 13.146 de julho de 2015, fala a respeito justamente da inclusão da pessoa com deficiência. Com isso, é estabelecido o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, ou seja, cria-se um estatuto para uma organização acerca dos direitos desses indivíduos, e o artigo primeiro cita: “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”

Diante disso, observa-se que, é assegurada por lei os exercícios dos direitos de forma igualitária pelas pessoas com deficiências, desse modo, evidencia-se que a APAE

Guaiuba se baseia justamente nesta lei citada e tenta justamente assegurar os direitos dessas pessoas, mas além de assegurar, a APAE Guaiuba vai além e informa também as famílias acerca dos direitos as quais as pessoas com deficiência tem, e essa lei se encontra no capítulo I.

No capítulo II, da mesma citada (lei 13.146), reforça acerca da igualdade e da não discriminação. Contudo, no artigo 4º cita que as pessoas com deficiência têm o direito a igualdade em relação as oportunidades e que não pode sofrer nenhum tipo de discriminação e o § 1º fala o que seria discriminação, tal como: “§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. ”

Com isso, tal lei se faz fundamental para que tudo isso seja legítimo, e a legitimidade causa uma melhoria e um reconhecimento desses indivíduos oprimidos socialmente no município de Guaiúba. Pensando nisso, a busca por melhorias tem que ser cotidiana, pois reconhecer as pessoas com deficiência sendo um indivíduo que possuem os mesmos direitos de igualdade como qualquer outro é de suma importância. Quando se pensa em igualdade em uma esfera de oportunidades, sabe-se que isso é difícil de ocorrer, assim sendo, nos mercados de trabalho a oportunidade para pessoas com deficiência é baixa. Dos 44 milhões de trabalhadores com vínculo, apenas 1% são deficientes⁸. Diante disso, mesmo com a lei falando sobre igualdade de oportunidades, fica nítido que essa igualdade é somente no papel, mostrando que na realidade as coisas são totalmente diferentes.

6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Quando se analisa estudos sobre a APAE no Brasil, se faz relevante um olhar detalhado. Diante disso, Michelle Villaça e Ana Cristina Barros, no artigo chamado “Uma questão de cota? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão” (2008), analisa cotas para pessoas deficientes no mercado de trabalho e de como isso é visto pelas pessoas deficientes de uma ONG que funciona na cidade do Rio de Janeiro. Nessa observação, nota-se que, as autoras referenciam em qual lei está explícita a legitimidade dessa cota a partir da promulgação da lei de número 8.213/91, que

⁸ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no-mercado-de> Acesso em: 05/01/2020

trata da obrigatoriedade da contratação de pessoas com deficiência, resolução da lei 630 de 1998.

Com isso, nessa análise, observa-se que, a lei apontada, gera a legalidade para a inserção no mercado de trabalho do indivíduo que seja portador de deficiência. Desse modo, inclui por meio do trabalho e no ganho salarial, como é apontada pelas autoras. Diante disso, elas falam: “ONGs não governamentais são importantes para a consolidação das políticas inclusivas no trabalho” (LINO; CUNHA, 2008, p.4)

Entretanto, em suas pesquisas elas observam, por meio das perguntas feitas as pessoas que participaram da pesquisa, que contou com 49 pessoas de ambos sexos que, as pessoas com deficiências são vistas de formas preconceituosas no âmbito da empresa e que também essas pessoas viram que o trabalho dado as pessoas com deficiências dentro das empresas foram aberturas de vagas por meio da imposição da lei. Contudo, vale ressaltar que ao longo do artigo elas deixam claro que a lei diz que a cada empresa com 100 funcionários cerca de 2% a 5% sejam pessoas portadoras de deficiência.

Com isso, falando ainda sobre a questão de cotas, se faz necessário ressaltar que, a asseguarção dessa lei se faz necessário. Diante disso, reflete-se a partir da fala das autoras quando dizem que as “ONGs não governamentais são importantes para a consolidação das políticas inclusivas no trabalho” e pode-se usar a APAE como um movimento dessa consolidação necessária, mesmo que a APAE não seja uma ONG, ela ajuda na consolidação de políticas para inclusão social. Diante disso, em um artigo chamado “A importância das APAE: uma pesquisa sobre a qualidade dos serviços oferecidos pela APAE Cantinho do Céu”, tendo como autores Leandro José Clemente Junior, Maiza Visani Ferreira e Adriana de Oliveira Hansen, publicada na Revista Profissão Docente, em 2016. Pode-se analisar que tais trabalhos se completam, pois em suas análises feitas pelos três autores que estudaram a importância da instituição, observa-se que, eles falam a respeito de como e onde foi criada a APAE, explicando principalmente sobre a importância da Beatrice Bemis, principal idealizadora da APAE no Brasil, como já citado. Entretanto, em suas análises os três pesquisadores apresentam o censo do IBGE de 2010, a qual aponta que 24% da população tem algum tipo de deficiência. Quando se analisa esses 24%, pode-se considerar que é um número bastante expressivo quando se fala na população brasileira a qual é grande. Contudo, ao ser informado esse dado, tende-se a se preocupar mais ainda com o deficiente na inserção do mercado de trabalho.

Desse modo, ao observar esses dois artigos, considera-se o quão grande importante é a APAE no âmbito de lutar pelos direitos das pessoas com deficiência e na asseguarção desses direitos. Então, fazendo essa análise, a APAE Guaiúba mostra seu protagonismo, pois com base

na divulgação de informações sobre os direitos das pessoas com deficiência mostra que a luta é constante e a divulgação dos direitos se faz necessária na busca de uma sociedade mais justa e na busca pela inclusão da pessoa com deficiência no âmbito social. Além dessa política pública citada, pode-se dar ênfase também a cota no ingresso de pessoas com deficiência nas universidades, cota essa que se baseia na lei de número 13.409, de dezembro de 2016. Diante disso, observa-se que, a implantação dessas políticas públicas está fazendo com que ocorra o processo de inclusão de pessoas portadoras de deficiência no ambiente social, mesmo que de forma lenta.

Diante disso, Maria Edith, publicou em 2017, o artigo chamado “Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade”, onde ela retrata a expansão em dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Com isso, ela fala nas últimas décadas houve um maior número de pessoas com deficiências na educação básica e que isso ocasionou também um número maior dessas pessoas no ensino superior. Edith, fala que:

Embora, em termos percentuais, a matrícula de estudantes com deficiência corresponda a apenas 0,42% do total de matriculados segundo o INEP, de 2014, esse número representa importante crescimento se considerarmos que em 2004 esses estudantes correspondiam a apenas 0,12% do total matriculado. Em números absolutos, segundo dados do censo escolar do INEP, no Brasil em 2004 tínhamos 5.395 estudantes com deficiência matriculados no ensino superior número que, em 2014, chega a 33.377, crescimento de 518,66% (EDITH, 2017, p. 3)

Desse modo, pode-se analisar que, a inclusão está acontecendo no ensino superior, mesmo de forma lenta, pois 0,42% ainda se pode pensar que é um número baixo. Diante disso, políticas públicas de cotas ajudam nessa questão de inclusão social, principalmente a lei de número 13.409, de dezembro de 2016. Essa lei trata das cotas para deficientes nas universidades.

Por fim, cita-se o Trabalho de Conclusão de Curso defendido na UNILAB em 2017, intitulado: “Educação Inclusiva no Ensino Regular no município de São Francisco do Conde-BR”, onde em sua base introdutória a autora Felizmina Nancassa, cita que os deficientes sempre foram historicamente deixados de lado. Em sua narrativa ao longo da pesquisa, ela fala que “O que mais falta no mundo é a chamada “igualdade”, porque em todo canto existe e vai continuar existindo as diferenças entre seres humanos e o respeito por essas diferenças se torna um processo ainda mais complicado. (NANCASSA, 2017, p. 17)”.

Contanto, a autora afirma em sua fundamentação teórica sobre a educação inclusiva no Brasil que, a igualdade e o respeito são essenciais para a aceitação dessas diferenças.

Pensando nisso, a escola é o lugar relevante para gerar um grau maior de igualdade, principalmente por meio do professor a qual se torna o mediador entre os alunos.

Portanto, pode-se relacionar este trabalho com os dos autores citados em diversos aspectos: a importância da APAE, personagens importantes históricos, cotas como meio de inclusão e como política pública, e no aspecto das leis as quais geram legalidade, a importância da lei de cotas nas universidades e de maneira geral nas práticas educacionais. Desse modo, quando se fala em cotas, deve-se evidenciar que elas não são meios de ilegalidade, mas sim de legalidade e de conquistas para um povo as quais são desrespeitados e oprimidos no meio social. Diante disso, se faz necessário um recorte histórico em que ao longo desse trabalho se visualizou que desde antigamente as pessoas as quais tinham estigmas em seus corpos, eram vistas de formas negativas e em alguns tempos eram até mortas somente pelo fato de apresentar marcas em seus corpos. Contudo, as cotas nos dias atuais ainda são vistas de formas negativas pelos os que se dizem serem normais, mas sabe-se que as cotas são sim um processo de inclusão. Pensando nesse meio da inclusão, pode-se evidenciar por meio da autora Maria Edith (2017) que, usando os dados as quais foram apresentados ao longo de sua pesquisa, nota-se que o processo de inclusão na universidade tem que crescer ainda mais no Brasil, não podendo negar a educação a essas pessoas oprimidas socialmente. Entretanto, se faz necessário também notar que, assim como a APAE busca a igualdade, a autora Felizmina Nancassa (2018) também fala disso como retratado em sua fala, somente com o respeito e a igualdade se pode conseguir a uma inclusão social de forma mais justa. Entretanto, pode-se evidenciar também que os autores Leandro José Clemente Junior, Maiza Visani Ferreira e Adriana de Oliveira Hansen (2016) do texto chamado “A importância das APAE: uma pesquisa sobre a qualidade dos serviços oferecidos pela APAE cantinho do céu”, faz o recorte histórico sobre os primeiros personagens importantes para o que é a APAE nos dias atuais, usando como exemplo Beatrice Bemis e o “povo”. Pode-se referir ao “povo” porque sem eles não estaria ocorrendo o processo de inclusão por meio da APAE como nos dias atuais, pois eles são exemplos de lutas e de conquistas para o processo de inclusão social da pessoa portadora de deficiência.

7. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma ida a campo, analisando que esse trabalho ocorrerá na APAE Guaiúba, tendo-se em vista que o movimento busca a inclusão social de pessoas com deficiência. Diante disso, o que envolve a pesquisa no campo social, tende-se o enfoque dela e de como ela é importante para a sociedade. Com isso, Uwe Flick fala:

Muitas das questões e dos fenômenos com os quais a pesquisa social se envolve também desempenha um papel importante na vida cotidiana. (...) Para a maioria das pessoas, a saúde só se torna importante na vida cotidiana quando os problemas relacionados a ela ocorrem ou ameaçam indivíduos. (FLICK, 2013, p.16)

Para alcançar-se os objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória. Onde para Gil (2010),

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (GIL, p.27)

Diante disso, essa pesquisa faz a opção por meio do método qualitativo. Essa técnica conta com vastas formas de coletas de dados, onde se busca uma compreensão dos fenômenos sociais estudados e busca de forma mais objetiva dos sujeitos, sobre as questões de luta dos direitos e a importância da APAE Guaiúba no processo de inclusão social.

Portanto, a pesquisa com a metodologia qualitativa existe vários procedimentos e técnicas as quais podem ser utilizadas. Diante disso, Guerra (2014) cita que se pode usar: o estudo de caso, experiência pessoal, história de vida, entrevista, artefatos, textos e produções culturais, textos observacionais/registro de campo, entre outros.

7.1 Lócus da pesquisa e procedimento de autorização

A pesquisa acontecerá na APAE Guaiúba, na cidade de Guaiúba, onde fica na região metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará. Desse modo, será realizada as coletas de dados, onde contará com ajuda dos alunos e funcionários da APAE, onde esses dados serão coletados por meio de conversas. Dessa forma, haverá uma construção em busca de se alcançar os objetivos dessa pesquisa, objetivo esse que tem como geral a busca de compreender as lutas da APAE Guaiúba e o processo de protagonismo dos alunos. Portanto, observa-se que a presença de funcionários e alunos serão importantes para se tentar alcançar o objetivo da pesquisa.

Desse modo, se fará necessário a autorização da APAE Guaiúba e dos familiares dos alunos para esse momento de conversa, pois se fará necessário que haja esse momento para se alcançar os objetivos. Contudo, ocorrerá a apresentação da pesquisa, tendo em vista que, a apresentação do que estará sendo feito e o do porquê, se fará necessário, para um maior entendimento dos participantes. Sempre mostrando o respeito, para que tudo isso ocorra da melhor forma possível.

7.2 Tipo de pesquisa

Desse modo, como citado, a presente pesquisa vem com uma metodologia nas perspectivas de uma análise com o método qualitativo. Onde se dará com uns procedimentos e técnica para se alcançar os objetivos.

Contanto, os métodos qualitativos são bastantes utilizados dentro da área das humanas, pois é um método a qual é relevante para se trabalha em uma pesquisa classificada como exploratória. Entretanto, se faz necessário a compreensão desse método de pesquisa. John Creswell, traz o que esse tipo de método pretende, como:

Os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente das investigações acadêmica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa. A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação de dados. (CRESWELL, 2010, p.206)

Com isso, a presente pesquisa utilizara esse método pensando que as investigações qualitativas trazem consigo diferentes formas de análises de dados como é citado por Creswell (2010) e Guerra (2014) e assim a busca pela obtenção dos resultados se dará de forma mais eficaz. E assim, será um método conveniente para que os objetivos dessa pesquisa sejam alcançados.

Com isso, a seguir, a presente pesquisa dará enfoque das técnicas as quais serão utilizadas para a obtenção dos objetivos. E com isso, se dará os procedimentos as quais são necessários para se alcançar o que se busca dentro dessa pesquisa qualitativa.

7.3 Instrumentos de coleta

Contanto, essa pesquisa contará com a técnica de entrevista para se alcançar os objetivos da pesquisa. Desse modo, Gil (2010) faz em suas análises a definição da palavra entrevista, onde ele conceitua como:

Pode-se definir entrevista como técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. (CARLOS, 2010, p.109)

Contanto, o método qualitativo traz consigo o diálogo e por meio dele ocorre as coletas de dados, isso faz com que haja um maior número de informações as quais são disponibilizadas pelos participantes da pesquisa. Com isso, analisa-se que, os números de informações serão variáveis dependendo do participante, pois são perguntas as quais serão feitas deixam os participantes mais livres para expor o que pensam.

Com isso, pode-se analisar que, a obtenção de dados da pesquisa ocorrerá pela interação social como diz o autor, ou seja, se dará por meio de diálogo para se alcançar os objetivos da pesquisa.

A entrevista traz consigo aspectos relevantes, trazendo assim pontos positivos. Assim, Gil (2010) diz que “a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano.” (p.110). Entretanto, ele afirma também que essa técnica oferece um maior número de resposta. Sendo assim, observa-se que, a entrevista é bem vista pelo autor e que ele mostra que é uma técnica eficaz dentro das áreas da humanidade.

Nas entrevistas será utilizado o grupo focal, onde Creswell (2010) fala que esse tipo de entrevista tem a vantagem que os participantes trazem informações históricas. Esse grupo contará com o número de 15 participantes, onde as perguntas já estarão elaboradas para serem respondidas pelos alunos e funcionários da APAE Guaiúba.

Desse modo, a presente pesquisa, usando o grupo focal será feita no período da manhã e pela tarde, onde mudará apenas os alunos, mas os funcionários os quais participarão pela manhã serão os mesmos da tarde. Com isso, os números de informações serão maiores e isso faz com que a presente pesquisa tenha consigo uma maior riqueza de detalhes.

Além disso, o procedimento da pesquisa contará com a técnica da observação. Segundo Gil (2010) A observação traz consigo um elemento fundamental quando se trata de uma pesquisa, assim ela é uma técnica eficaz para atingir o objetivo. Desse modo, com a observação, pode-se considerar sua importância, como:

Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coletas, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo da pesquisa. A observação nada mais é que o uso dos sentidos como vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. (CARLOS, 2010, p.100)

Portanto, a pesquisa utilizará essas técnicas de entrevista por meio do grupo focal e observação afim de que, se possa alcançar os objetivos dessa pesquisa. E desse modo, como citado, mostra-se que tais técnicas são eficientes quando se trata de pesquisa na área das humanidades. Ocasionalmente assim, uma coleta de dados os quais se farão necessária na obtenção de dados que ajudará nas questões do objetivo da pesquisa e no que diz respeito às hipóteses levantadas da pesquisa.

7.4 Procedimentos éticos

Desse modo, o grupo focal irá ocorrer como a ação de coleta de dados, mas para que tais dados sejam coletados é necessário que haja a gravação por meio de áudio para a

obtenção e repasse dos dados para essa pesquisa. Dessa forma, será necessário o repasse de formulário para que sejam assinados pelos responsáveis dos entrevistados, pois em sua maioria possuem uma faixa etária menor de 18 anos de idade.

Com isso, tudo o que irá ocorrer será explicado para um entendimento melhor de todos. Todos têm que se sentirem confortados para que as respostas sejam elaboradas de forma livre pelos indivíduos, e tudo deve ocorrer bem para uma boa interação social das pessoas.

Com o grupo focal ocorrerá a busca de compreender as lutas do movimento da APAE Guaiúba e observar o protagonismo de seus alunos. Assim, tal busca se dará com respeito e ética para com todos os que irão participar dessa pesquisa, afim de que, tudo o que está sendo planejado ocorra da melhor forma possível.

8. REFERÊNCIAS

CRESWELL, Jhon W.. **Projeto de pesquisa método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução de: Magda França Lopes.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Brasiliense, 2017.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004. Tradução de: Eduardo Lúcio Nogueira.

FIORIN, José Luiz. Os aldrovandos Cantagalos e o preconceito linguístico. **O direito à fala. Florianópolis: Insular**, 2000.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013. Tradução de: Magda Lopes.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GUERRA, Elaine Linhares. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Anima Educação, 2014.

HÖFLING, ELOISA DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, 2001.

JUNIOR, Leandro José Clemente; FERREIRA, Maiza Visani; DE OLIVEIRA HANSEN, Adriana. IMPORTÂNCIA DAS APAE: UMA PESQUISA SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA APAE CANTINHO DO CÉU. **Revista Profissão Docente**, v. 16, n. 34, 2016

LINO, Michelle Villaça; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 3, n. 1, p. 65-74, 2008.

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, Junho, 2000.

NANCASSA, Felizmina. Educação inclusiva no ensino regular no município de São Francisco do Conde-BA. 2018.

PIOVESAN, Flávia. Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, v. 6, 2008.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade. **Inclusão Social**, v. 11, n. 1, 2017

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. **Revista lusófona de educação**, n. 13, p. 135-153, 2009.